



5
4-2

RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Tenho por satisfeitas as razões apresentadas no processo em epígrafe, bem como, as informações procedentes do Procurador Municipal, **RATIFICO** os entendimentos firmados ao tempo em que **AUTORIZO** Locação do imóvel situado na Avenida Joaquim Tetê, 809, Térreo, Centro- Canapi/AL, tendo como finalidade precípua o funcionamento Locação do imóvel, para o funcionamento do Almojarifado Central, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal Administração, Pertencente ao senhor Dyogenes Soares de Macedo Brandão, sob os fundamentos do artigo art. 74, inciso V, § 5º, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Publique-se o presente despacho, no prazo legal, como condição de eficácia dos atos.

E por fim, considerando as determinações firmadas, seguem os autos para a formalização do instrumento contratual com a respectiva publicação, e, em seguida, para a secretaria de origem para empenhar e providenciar a emissão da respectiva nota de empenho, nos termos da ratificação.

Canapi, 01 de agosto de 2024.

Vinicius José Mariano de Lima
Prefeito

P H FAUSTO JUNIOR LTDA - ME, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 37.641.900/0001-28, vencedora para os itens 30, 31 e 34, cujo valor total perfaz a ordem de R\$ 2.769,04 (dois mil e setecentos e sessenta e nove reais e quatro centavos); JUCYARA RENATA DOS SANTOS 07436715461 - ME, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 18.515.710/0001-10, vencedora para os itens 01, 02, 03, 05, 08, 20, 21, 22, 23,24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 35, 36, 39, 45, 49, 50 e 52, cujo valor total perfaz a ordem de R\$ 10.251,24 (dez mil e duzentos e cinquenta e um reais e vinte e quatro centavos); e KARLA KAROLINE FONTES MENESES - EPP, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 37.937.325/0001-05, vencedora para os itens 04, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 37,38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 51 e 53, cujo valor total perfaz a ordem de R\$ 2.451,63 (dois mil e quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e três centavos), referente a aquisição de maquiagens e acessórios, sob os fundamentos do artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 298/2023.

Campo Alegre/AL, 09 de Agosto de 2024.

NICOLAS TEIXEIRA TAVARES PEREIRA

Prefeito

Publicado por:

Alicia Dayane Ramires da Silva
Código Identificador:A4026640

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES ERRATA CREDENCIAMENTO 006.2024

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES – NÚCLEO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO.

ProcessoAdministrativo nº 0521016/2024

Objeto: **CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS E BANDAS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.**

ERRATANº 001 AO EDITAL N 006/2024

Considerando o equívoco ocorrido na redação dos anexos I, II, III e IV, do edital de credenciamento n 006/2024, estes estão suprimidos e os arquivos corretos encontram-se disponíveis no site: https://www.campoalegre.al.gov.br/pagina/74_Editais.html.

Campo Alegre – AL, 12 de agosto de 2024.

MÁRCIA DOS SANTOS

Agente de Contratação

Publicado por:

Alicia Dayane Ramires da Silva
Código Identificador:336E72D5

ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI

**INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL
CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE, ORIGINADA DE
INSTITUIDOR ATIVO.**

PORTARIA n. 03 de 08 de agosto de 2024.

Concessão de pensão por morte, originada de instituidor inativo.

A DIRETORA PRESIDENTE DO IPREV – CANAPI, no uso da atribuição que lhe confere o art. 179, § 1º da Lei Municipal n. 21/2005 e a Portaria n. 12/2021, lavrada pelo Exmo. Prefeito Municipal de Canapi – AL, e tendo em vista o que consta no processo administrativo n. 120241203001/2024,

RESOLVE:

Conceder **Pensão por morte na forma da Lei Municipal n. 270/2023 originada de instituidor ativo**, com fulcro nos proventos percebidos em 05 (cinco) de março de 2024, data do óbito do ex - servidor MILTON FERREIRA DANTAS, inscrito no CPF/MF sob o

n. 399.187.934-49, matrícula n. 192-1 aposentado do cargo de Vigia, conforme Portaria n. 093/2015, nos termos abaixo descritos:

Dados do (s) pensionista (s):

Beneficiário/CPF/Parentesco/Natureza da pensão/Cota parte (Observado o art. 40, § 7º da CF/88):

JACIRA LINDA DANTAS / xxx.887.824-xx/CÔNJUGE/VITALÍCIA/ 60%

Conforme dispõe a EC 41/2003, este benefício enquadra-se na rubrica Pensão - IPREV sem paridade.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data de início do benefício, qual seja 05 de março de 2024, data do óbito.

Canapi - AL, 08 de agosto de 2024.

KESIA MARIA RODRIGUES DE LIMA

Diretora Presidente - IPREV Canapi

Publicado por:

Gilmo Malta de Menezes
Código Identificador:9C8FD51A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 22/2024

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CANAPI, através do Setor de Licitações, avisa que realizará licitações conforme resumo:

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2024 (BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS)**

Objeto: Registro de preços para aquisição de combustíveis, para atender a demanda das Secretarias Municipais do Poder Executivo do Município de Canapi/AL.

Tipo: **MENOR PREÇO.**

Data e hora da sessão de disputa: **27/08/2024, às 09:30h** (horário de Brasília).

LOCAL: Sistema eletrônico do **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, através do site www.bnc.org.br.

Os interessados poderão retirar o Edital através do site: www.bnc.org.br e se credenciarem junto ao **BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, no endereço <http://bnc.org.br/sistema>, fone: 41 3557-2301 e/ou Celular/ Whatsapp: 41 99136-7677, e-mail: contato@bnc.org.br ou através do site <http://www.canapi.al.gov.br/lai/32/Edital-de-Licitacao>

Informações pelo e-mail: licitacao.canapi@gmail.com

Canapi/AL, 08 de agosto de 2024.

KLEBSON FABIANO MARTINS LIRA

Secretário de Administração

Publicado por:

Givaldo Inacio Dos Santos
Código Identificador:21FC5541

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Tenho por satisfeitas as razões apresentadas no processo em epígrafe, bem como, as informações procedentes do Procurador Municipal, **RATIFICO** os entendimentos firmados ao tempo em que **AUTORIZO** Locação do imóvel situado na Avenida Joaquim Tetê, 809, Térreo, Centro- Canapi/AL, tendo como finalidade precíua o funcionamento Locação do imóvel, para o funcionamento do Almojarifado Central, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal Administração, Pertencente ao senhor Dyogenes Soares de Macedo Brandão, sob os fundamentos do artigo art. 74, inciso V, § 5º, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Publique-se o presente despacho, no prazo legal, como condição de eficácia dos atos.

E por fim, considerando as determinações firmadas, seguem os autos para a formalização do instrumento contratual com a respectiva publicação, e, em seguida, para a secretaria de origem para empenhar e providenciar a emissão da respectiva nota de empenho, nos termos da ratificação.

Canapi, 01 de agosto de 2024.

VINICIUS JOSÉ MARIANO DE LIMA

Prefeito

Publicado por:

Gilmo Malta de Menezes

Código Identificador:932F7FC6

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO**

NOTIFICAÇÃO

ATRASO DE ENTREGA DE PRODUTOS

Ilustríssima Senhora

ADMA DOS SANTOS BARBOSA

Representante legal da empresa **A DOS SANTOS BARBOSA ELETRONICA LTDA. – CNPJ N.º 10.583.617/0001-30.**

Rodovia Mario Freire Leahy, nº 1.822, Bairro Dom Constantino, Penedo (AL), e-mail: megapenedo@gmail.com.

O **Município de Canapi**, neste ato representado pela Chefe do Setor de Compras que abaixo subscreve, e:

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços nº 40/2023, oriunda do Processo Administrativo nº 02020041/2023 que deu ensejo ao Pregão Eletrônico nº 13/2023, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de relógios de ponto e leitores biométricos em atendimento as seguintes escolas: Escola Municipal Presidente Tancredo de Almeida Neves (Canapi), Escola Municipal José Fonseca Lins (Carié), Escola Municipal João Batista Figueiredo (Areias) e Escola Municipal Manoel Rodrigues Gomes (Iraque);

Considerando os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais tratam dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO o artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, bem como, o art. 42 do Decreto nº 10.024/19;

Considerando a alínea “c” do Art. 7º da Ata de Registro de Preços, o qual estabelece o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a entrega do objeto;

Considerando que o referido prazo para entrega do item não foi cumprido, conforme consta nas Notas de Empenho n.º 2024050020060; Solicitações de Compra de Produtos n.º FNB 012605/2024, expedida no dia 02 de maio de 2024 e encaminhada, via e-mail, em 14 de maio de 2024;

Considerando que seu descumprimento já está provocando transtornos ao Município de Canapi/AL, uma vez que os itens solicitados ainda não foram entregues;

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta a rescisão unilateral da ARP/Contrato, com as consequências previstas no edital, na ARP e na legislação, produzindo as consequências de ordem civil, administrativa etc., além de outras sanções previstas no Art. 15 da referida ARP e nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8666/93;

RESOLVE:

NOTIFICAR a empresa **A DOS SANTOS BARBOSA ELETRONICA LTDA.**, CNPJ N.º 10.583.617/0001-30, com sede na Rodovia Mario Freire Leahy, nº 1.822, Bairro Dom Constantino, Penedo (AL), e-mail: megapenedo@gmail.com, representada neste ato pela Sra. **ADMA DOS SANTOS BARBOSA**, para que cumpra

integralmente o objeto do ARP no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, à contar do recebimento desta notificação, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis ao caso, dentre elas a desclassificação/rescisão da empresa na referida ata de registro de preços, multas legais e contratuais, através da abertura de processo administrativo, podendo resultar, inclusive, na aplicação da penalidade de impedimento de licitar e/ou declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública. Faculta-se, todavia, a apresentação de justificativa devidamente fundamentada, no prazo de **48h (quarenta e oito horas)** após recebimento desta, para o atraso na entrega do referido produto, o qual, caberá ao Município de Canapi/AL, por sua aceitação.

Após o decurso do citado prazo, este não tendo êxito, será realizada a desclassificação/exclusão da empresa da referida Ata de Registro de Preços nº 40/2023 e imediatamente aberto o processo de apuração administrativa para aplicação das respectivas sanções.

Dando cumprimento o princípio da publicidade, esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Alagoas, da Associação dos Municípios Alagoanos - AMA, nesta data, para que não restem dúvidas quanto à legitimidade e validade deste ato.

Canapi (AL), 06 de agosto de 2024.

KAREN VANESSA HENRIQUES

Chefe do Setor de Compras

Publicado por:

Gilmo Malta de Menezes

Código Identificador:1389B0B9

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO**

NOTIFICAÇÃO

ATRASO DE ENTREGA DE PRODUTOS

Ilustríssima Senhora

ADMA DOS SANTOS BARBOSA

Representante legal da empresa **A DOS SANTOS BARBOSA ELETRONICA LTDA. – CNPJ N.º 10.583.617/0001-30.**

Rodovia Mario Freire Leahy, nº 1.822, Bairro Dom Constantino, Penedo (AL), e-mail: megapenedo@gmail.com.

O **Município de Canapi**, neste ato representado pela Chefe do Setor de Compras que abaixo subscreve, e:

Considerando os termos da Ata de Registro de Preços nº 40/2023, oriunda do Processo Administrativo nº 02020041/2023 que deu ensejo ao Pregão Eletrônico nº 13/2023, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de relógios de ponto e leitores biométricos em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando os artigos 54, 55, 58, 77 e 78 da Lei 8.666/93, os quais tratam dos contratos administrativos;

CONSIDERANDO o artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, bem como, o art. 42 do Decreto nº 10.024/19;

Considerando a alínea “c” do Art. 7º da Ata de Registro de Preços, o qual estabelece o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para a entrega do objeto;

Considerando que o referido prazo para entrega do item não foi cumprido, conforme consta nas Notas de Empenho n.º 2024050200107; Solicitação de Compra de Produtos n.º FMS 012770/2024, expedida no dia 02 de maio de 2024 e encaminhada, via e-mail, em 19 de junho de 2024;

Considerando que seu descumprimento já está provocando transtornos ao Município de Canapi/AL, uma vez que os itens solicitados ainda não foram entregues;

Considerando que o descumprimento, total ou parcial do Contrato/ARP, acarreta a rescisão unilateral da ARP/Contrato, com as

INEXIGIBILIDADE Nº 46/2024

CONTRATO 108/2024

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CANAPI, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, E O(A) SENHOR DYOGENES SOARES DE MACEDO BRANDÃO, NOS TERMOS ABAIXO ADUZIDOS:

PREÂMBULO:

CONTRATANTES: O **Município de Canapi/AL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.367.892/0001-42, com sede na Av. Joaquim Tetê, nº 336 – Centro – Canapi/AL, doravante denominado **MUNICÍPIO**, por intermédio da Secretaria de Administração, com sede na Av. Joaquim Tetê, S/N, Centro – Canapi//AL, representado neste ato por seu titular, o Sr. Klebson Fabiano Martins Lira, doravante designado simplesmente **LOCATÁRIO**, e do outro lado da avença o Sr. Dyogenes Soares de Macedo Brandão, pessoa física, doravante denominado **LOCADOR**, celebram o presente **CONTRATO DE LOCAÇÃO** de Imóvel, mediante as seguintes **cláusulas** e **condições** que se seguem:

FUNDAMENTO DO CONTRATO: Este contrato decorre do Processo nº **220241306012**, sendo autorizado pelo Despacho do Excelentíssimo senhor prefeito, fundamentado em inexigibilidade de licitação, na forma do disposto no Artigo 74, V, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e na Lei Federal n. 8.245/1991 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1 Constitui objeto do presente contrato a locação do imóvel, localizado na Avenida Joaquim Tetê, 809, Térreo, Centro - Canapi/AL, para a instalação e funcionamento do Almocharifado Central.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR.

2.1. O **LOCADOR**, além do disposto no Termo de Referência, obriga-se a:

- 2.1.1 Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina;

- 2.1.2 Fornecer **declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação**, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da Administração;
- 2.1.3 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;
- 2.1.4 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- 2.1.5 **Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação**;
- 2.1.6 Realizar, junto com o LOCATÁRIO, a **vistoria do imóvel** por ocasião da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do seu estado, fazendo constar no Termo de Vistoria, parte integrante deste contrato, os eventuais defeitos existentes;
- 2.1.7 Responder pelos danos ao patrimônio do LOCATÁRIO decorrentes de seus atos, bem como de vícios e defeitos anteriores à locação, como desabamentos decorrentes de vícios redibitórios, incêndios provenientes de vícios pré-existentes na instalação elétrica etc;
- 2.1.8 Responder pelos débitos de qualquer natureza anteriores à locação;
- 2.1.9 Responder pelas obrigações tributárias incidentes sobre o imóvel, como impostos e taxas.
- 2.1.10 Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica;
- 2.1.11 Pagar as taxas de administração imobiliária e de intermediações, se existirem;
- 2.1.12 Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, se houver, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, como, por exemplo:
- h. obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;
 - i. pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;
 - j. obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;
 - k. indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;
 - l. instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;
 - m. despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;
 - n. constituição de fundo de reserva, e reposição deste, quando utilizado para cobertura de despesas extraordinárias;
- 2.1.13 Entregar, **em perfeito estado de funcionamento, os sistemas existentes (ar-condicionado, combate a incêndio, hidráulico, elétrica e outros porventura existentes)**;
- 2.1.14 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 2.1.15 Notificar o LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência do contrato, quando não houver interesse em prorrogar a locação;
- 2.1.16 Exibir ao LOCATÁRIO, quando solicitado, os comprovantes

relativos às parcelas que estejam sendo exigidas;

2.1.17 Providenciar a atualização do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, se for o caso;

2.1.18 Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO.

3.1 o **LOCATÁRIO**, além do disposto no Termo de Referência, obriga-se a:

3.1.1 Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste contrato;

3.1.2 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

3.1.3 Realizar, junto com o LOCADOR a vistoria do imóvel, por ocasião da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, **fazendo constar no Termo de Vistoria fornecido pelo LOCADOR os eventuais defeitos existentes;**

3.1.4 Manter o imóvel locado em condições de limpeza, de segurança e de utilização;

3.1.5 Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria para entrega, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal. Alternativamente, poderá repassar ao Locador, **desde que aceito por este, a importância correspondente ao orçamento elaborado pelo setor técnico da Administração**, para fazer face aos reparos e reformas ali especificadas;

3.1.6 Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

3.1.7 Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, assegurando-se o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991;

3.1.8 **Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;**

3.1.9 Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;



3.1.10 Comunicar ao LOCADOR o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

3.1.11 Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e encargos condominiais, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO;

3.1.12 Pagar as despesas ordinárias de condomínio, se existentes, entendidas como aquelas necessárias à sua administração, como, por exemplo:

- a. salários, encargos trabalhistas, contribuições previdenciárias e sociais dos empregados do condomínio, se for o caso;
- b. consumo de água e esgoto, gás, luz e força das áreas de uso comum;
- c. limpeza, conservação e pintura das instalações e dependências de uso comum;
- d. manutenção e conservação das instalações e equipamentos hidráulicos, elétricos, mecânicos e de segurança, de uso comum;
- e. manutenção e conservação das instalações e equipamentos de uso comum destinados à prática de esportes e lazer;
- f. manutenção e conservação de elevadores, porteiro eletrônico e antenas coletivas;
- g. pequenos reparos nas dependências e instalações elétricas e hidráulicas de uso comum;
- h. rateios de saldo devedor, salvo se referentes a período anterior ao início da locação;
- i. reposição do fundo de reserva, total ou parcialmente utilizado no custeio ou complementação de despesas ordinárias, salvo se referentes a período anterior ao início da locação.

3.1.13 Pagar as despesas de telefone, energia elétrica, gás (se houver), água e esgoto;

3.1.14 Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese de sua alienação, quando não possuir interesse no exercício do direito de preferência de aquisição (artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991);

3.1.15 Cumprir integralmente a convenção de condomínio e os regulamentos internos, se existentes.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

4.1 O LOCATÁRIO poderá realizar todas as obras, modificações ou benfeitorias sem prévia autorização ou conhecimento do LOCADOR, sempre que a utilização do imóvel estiver comprometida ou na iminência de qualquer dano que comprometa a continuação do presente contrato;

4.1.1 As **benfeitorias necessárias** que forem executadas nessas situações serão posteriormente indenizadas pelo LOCADOR;

4.2 As **benfeitorias úteis**, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção;

4.2.1 Na impossibilidade da obtenção da prévia anuência do LOCADOR, é facultado ao LOCATÁRIO a realização da benfeitoria útil sempre que assim determinar o interesse público devidamente motivado;

4.2.2 As benfeitorias úteis não autorizadas pelo LOCADOR poderão ser levantadas pelo LOCATÁRIO, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.

4.3 As **benfeitorias voluptuárias** serão indenizáveis caso haja prévia concordância do LOCADOR;

4.3.1 Caso não haja concordância da indenização, poderão ser levantadas pelo LOCATÁRIO, finda a locação, desde que sua retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.

4.4 O valor de toda e qualquer indenização poderá ser abatido dos aluguéis, até integral ressarcimento, no limite estabelecido pelas partes, mediante termo aditivo.

4.5 Caso as modificações ou adaptações feitas pelo LOCATÁRIO venham a causar algum dano ao imóvel durante o período de locação, este dano deve ser sanado às expensas do LOCATÁRIO.

4.6. Finda a locação, será o imóvel devolvido ao LOCADOR, nas condições em que foi recebido pelo LOCATÁRIO, **conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria para entrega**, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO, PRORROGAÇÃO E RESTITUIÇÃO.

5.1 O prazo do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2024, nos termos do art. 3º da Lei n. 8.245/91 a contar da data de sua assinatura.

5.2 Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, que deverá ser precedida da assinatura do Termo de Vistoria do imóvel por ambas as partes.

5.3 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, enquanto houver necessidade pública, por consenso entre as partes e mediante **Termo Aditivo**.

5.3 A prorrogação do prazo de vigência dependerá da comprovação pelo LOCATÁRIO de que o imóvel satisfaz os interesses estatais, da compatibilidade do valor de mercado e da anuência expressa do LOCADOR, mediante assinatura do termo aditivo.

5.4 Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de **60 (sessenta)** dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO.

6.1 O **MUNICÍPIO** pagará ao LOCADOR o aluguel mensal no valor de R\$ 1.412,00 (hum mil quatrocentos e doze reais), perfazendo o valor global de R\$ 5.648,00 (cinco mil, seiscentos e quarenta e oito reais).

6.2 O pagamento será efetuado, em até 30(trinta) dias, por meio de Ordem Bancária.

6.2.1 Os pagamentos deverão ser feitos na Conta Poupança n° 1281-5, Agência n° 11.716-1, Banco do Brasil.

6.2.2 Sobre os valores das faturas não quitadas na data de seus respectivos vencimentos, incidirá juros de 0,5% (meio por cento) a.m., *pro rata die*, **desde que solicitado pelo LOCADOR mediante comunicação escrita à Administração, constituindo-se por este ato a mora.**

6.3 Os encargos locatícios incidentes sobre o imóvel (água e esgoto, energia elétrica etc.), cujo pagamento tenha sido atribuído contratualmente ao LOCATÁRIO, serão suportadas proporcionalmente, em regime de rateio, a partir da data da efetiva ocupação do imóvel.

6.4 O acerto desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa, pagando LOCADOR e LOCATÁRIO suas respectivas partes da parcela. Caso o LOCATÁRIO a pague na integralidade, a parte de responsabilidade do LOCADOR será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acerto preferencialmente no pagamento do último aluguel.

6.5 Quando do pagamento ao LOCADOR, será efetuada eventual retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.6 O LOCATÁRIO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo LOCADOR, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE.

7.1 Será admitido o reajuste do preço do aluguel da locação com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice de Preços para o Consumidor Amplo – **IPCA**, medido mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

7.2 Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR aceitará negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação do município em que se situa o imóvel.

7.3 Caso o LOCADOR não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, na pactuação do termo aditivo, **ocorrerá a preclusão do direito**, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste contrato.

7.4 O reajuste será formalizado no mesmo instrumento de prorrogação da vigência do contrato, ou por apostilamento, caso realizado em outra ocasião.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

8.1 A presente despesa correrá à conta da Dotação Orçamentária descrita abaixo.

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração

Unidade Orçamentária: 04.40 - Secretaria Municipal de Administração

Funcional Programática: 2.004 - Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Administração

Elemento de Despesa: 3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO.

9.1 A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante da Administração, a ser nomeado mediante Portaria, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.

9.1.1 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do LOCADOR, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do LOCATÁRIO ou de seus agentes e prepostos.

9.1.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for

necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.1.3. A gestão e fiscalização do contrato seguirão as disposições da Lei n. 14.133/21 e os atos normativos regulamentares correspondentes.

9.1.4. As decisões e providências que ultrapassem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

9.1.5. O LOCADOR poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados no contrato, sujeitará o LOCADOR, garantidos o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal e nos moldes da Lei 14.133/2021 e do Decreto n. 966, de 14 de março de 2022, ou outro que venha a substituí-lo, às penalidades de:

b. **Advertência** em razão do descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, quando não se justificar a aplicação de sanção mais grave;

b. **Multa:**

b.1. Moratória de 2% por dia de atraso injustificado, sobre o valor mensal da contratação;

b.2. Compensatória: entre 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial ou total do objeto;

b.2.2. considera-se inexecução total do contrato o atraso superior a 30 (trinta) dias no cumprimento do prazo estabelecido no contrato ou entre as partes;

b.2.3. A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.

b.2.4. A aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei federal nº 14.133, de 2021

e. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até três anos, a ser

aplicada quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

- V. Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei federal nº 14.133/21, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- VI. Der causa à inexecução total do contrato;
- VII. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VIII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

f. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, no caso de:

- VI. o LOCADOR apresentar declaração ou documentação falsa para a celebração do contrato ou em sua execução;
- VII. o LOCADOR fraudar a ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VIII. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IX. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do contrato;
- X. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846/2013

10.1.1.A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.1.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- as peculiaridades do caso concreto;
- III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.2 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

10.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados ao LOCATÁRIO serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

10.4. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MEDIDAS ACAUTELADORAS.

11.1 A Administração Pública poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Este contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo, para melhor adequação ao atendimento da finalidade de interesse público a que se destina e para os casos previstos neste instrumento, sendo assegurada ao LOCADOR a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

12.2. Caso, por razões de interesse público devidamente justificadas, o LOCATÁRIO decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique o LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

12.2.1. Nesta hipótese, caso não notifique tempestivamente o LOCADOR, e desde que este não tenha incorrido em culpa, o LOCATÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa equivalente a 01 (um) aluguel, segundo proporção prevista no art. 4º da Lei 8.245, de 1991 e no art. 413 do Código Civil, considerando-se o prazo restante para o término da vigência do contrato;

12.3. Se, durante a locação, a coisa locada se deteriorar, sem culpa do LOCATÁRIO e o imóvel ainda servir para o fim a que se disponha, a este caberá pedir redução proporcional do valor da locação;

12.4. Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o LOCADOR reaver o imóvel locado (art. 4º da Lei Federal n. 8.245/1991)

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL.

13.1 O LOCATÁRIO, no seu lícito interesse, poderá extinguir este contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta ao LOCADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

13.1.1 A extinção por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidos ao LOCATÁRIO, bem como a **retenção dos créditos decorrentes do contrato**,

até o limite dos prejuízos causados, além das sanções previstas neste instrumento.

13.2 Também constitui motivo para a extinção do contrato a ocorrência de qualquer das hipóteses enumeradas no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

13.3 Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoração, desapropriação, caso fortuito ou força maior etc., **o LOCATÁRIO poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.**

13.4 O procedimento formal de extinção contratual terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente ao LOCADOR, por via postal, com aviso de recebimento, ou endereço eletrônico.

13.5 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.6 O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

13.6.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3 Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO.

14.1 - Caberá ao LOCATÁRIO providenciar, por sua conta, a publicação resumida do Contrato, que é condição indispensável para a sua eficácia, conforme preceitua o art. 94 da Lei 14.133/2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

15.1 - Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelo LOCATÁRIO, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, e na Lei nº 14.133, de 2021, subsidiariamente, bem como nos demais atos normativos correlatos, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

15.2 Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991, ficando desde já autorizada a



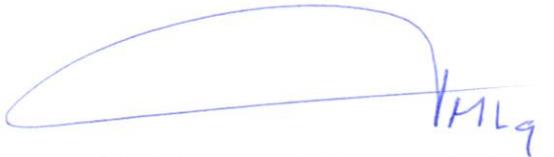
averação deste instrumento na matrícula do imóvel junto ao Oficial de Registro de Imóveis competente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO.

16.1 Fica eleito o foro do Município da Contratante, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha se tornar, para dirimir quaisquer questões que possam advir do presente Contrato.

E assim, por estarem assim justas e acordadas, após lido e achado conforme, as partes assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Canapi/AL, 02 de setembro de 2024


Vinícius José Mariano de Lima
Locatário


Dyogenes Soares de Macedo Brandão
Locador

67



EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 46/2024;

Fundamento Legal: art. 74, inciso V, § 5º, inciso II, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Contratante: MUNICÍPIO DE CANAPI

Contratado: **Dyogenes Soares de Macedo Brandão**

Objeto: Locação do imóvel situado na Avenida Joaquim Tetê, 809, Térreo, Centro - Canapi/AL, tendo como finalidade precípua o funcionamento do Almojarifado Central, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal Administração

Valor Mensal: **R\$ 1.412,00 (hum mil, quatrocentos e doze reais)**

Vigência: 31 de dezembro de 2024

Celebração: 02/09/2024

Signatários: Vinicius José Mariano de Lima e Dyogenes Soares de Macedo Brandão

Publicado no quadro de avisos da Sede Administrativa do Município de Canapi em 02/09/2024.

HOMOLOGAR o resultado da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 06/2024 (**BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**), cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de limpeza, higiene pessoal, pilhas e baterias, destinados à manutenção das atividades das Secretarias Municipais do Poder Executivo do Município de Barra de Santo Antônio/AL, em favor da(s) empresas: **LOG DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR E HIGIENE PESSOAL LTDA**(37844417000140) com os lotes: 62, 69, 73 no valor total de R\$ 151.050,00 (cento e cinquenta e um mil e cinquenta reais).**DISTRIBUIDORA UNIMAR BRASIL LTDA**(54008435000101) com os lotes: 37, 42, 169 no valor total de R\$ 25.990,00 (vinte e cinco mil e novecentos e noventa reais).**GLOBAL COMERCIAL LTDA**(48080508000173) com os lotes: 132, 134 no valor total de R\$ 3.924,60 (três mil e novecentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos).**AZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EM GERAL LTDA**(49683107000170) com os lotes: 80, 81 no valor total de R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais).**HOSPITALMED EIRELI**(29868059000188) com os lotes: 66, 67, 68, 70, 72, 74 no valor total de R\$ 356.486,00 (trezentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e seis reais).**ACS EMPREENDIMENTOS LTDA**(51600250000101) com os lotes: 23, 27, 40, 93, 108, 116, 158, 159, 167, 179, 180, 181 no valor total de R\$ 126.255,00 (cento e vinte e seis mil e duzentos e cinquenta e cinco reais).**KARLA KAROLINE FONTES MENESES**(37937325000105) com os lotes: 36, 43, 64, 138, 152, 174 no valor total de R\$ 69.670,00 (sessenta e nove mil e seiscentos e setenta reais).**SOMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**(32237610000108) com os lotes: 60, 61, 63, 65, 71 no valor total de R\$ 224.824,50 (duzentos e vinte e quatro mil e oitocentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).**DIONAL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA**(40061199000182) com os lotes: 4, 14, 16, 31, 52, 57, 75, 76, 77, 78, 79, 90, 91, 97, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 114, 115, 119, 120, 129, 130, 133, 135, 140, 157, 164, 166, 176, 178, 183 no valor total de R\$ 915.523,60 (novecentos e quinze mil e quinhentos e vinte e três reais e sessenta centavos).**ALAGOANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E SANEANTES**(26196404000196) com os lotes: 131 no valor total de R\$ 5.017,00 (cinco mil e dezessete reais).**L.P. DE BORBA & CIA LTDA**(78796778000146) com os lotes: 172 no valor total de R\$ 27.195,00 (vinte e sete mil e cento e noventa e cinco reais).**JB DE OLIVEIRA JUNIOR DISTRIBUIDORA - ME**(04968644000129) com os lotes: 5, 6, 19, 20, 21, 22, 175 no valor total de R\$ 23.459,00 (vinte e três mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais).**P.H FAUSTO JUNIOR**(37641900000128) com os lotes: 2, 8, 9, 10, 12, 17, 26, 51, 55, 88, 92, 98, 99, 100, 136, 139, 141, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 161, 163, 165, 170, 171 no valor total de R\$ 316.655,20 (trezentos e dezesseis mil e seiscentos e cinquenta e cinco e vinte centavos).**FOOD PARCK DISTRIBUIDORA - EIRELI**(35443022000100) com os lotes: 7, 38, 41, 102 no valor total de R\$ 75.900,00 (setenta e cinco mil e novecentos reais).**BVA COMERCIO E SERVICO LTDA**(52958657000160) com os lotes: 137 no valor total de R\$ 159,60 (cento e cinquenta e nove reais e sessenta centavos).**FAROMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**(39500536000101) com os lotes: 94, 95, 96 no valor total de R\$ 4.700,20 (quatro mil e setecentos reais e vinte centavos).**EXCELENCIA COMERCIO E SERVICOS LTDA**(50785036000104) com os lotes: 3, 11, 13, 15, 18, 24, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 39, 44, 45, 46, 47, 48, 53, 54, 56, 58, 59, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 142, 143, 144, 147, 148, 151, 160, 162, 168, 177, 182, 184 no valor total de R\$ 624.916,90 (seiscentos e vinte e quatro mil e novecentos e dezesseis reais e noventa centavos).**HIGIE PLUS COTTONBABY INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**(95837316000149) com os lotes: 1 no valor total de R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais).**YUMI SOLUÇÕES TECNOLOGICAS**(53307127000114) com os lotes: 25, 49, 50, 112, 113, 145, 146, 173 no valor total de R\$ 87.385,00 (oitenta e sete mil e trezentos e oitenta e cinco reais), conforme resultado emitido pelo Bolsa Nacional de Compras – BNC, por ter atendido aos termos do instrumento convocatório da licitação, para a execução do objeto licitado, ficando a(s) mesma(s) convocada(s) para assinatura da ata de registro de preços, nos termos da lei federal nº 14.133/2021, sob as penas da lei.

Publique-se como condição de eficácia dos autos.

Barra de Santo Antônio/AL, 26 de setembro de 2024.

LÍVIA CARLA DA SILVA ALVES

Prefeita

Publicado por:

Thatiane Verissimo Dos Santos
Código Identificador:FF8ACE7E

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM, AL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº 001|2020

CONTRATANTE: **MUNICIPIO DE BELÉM, AL** CNPJ/MF nº 12.227.641.0001-62. CONTRATADA: **SUPER CONNECT TELECOM LTDA**, CNPJ nº **10.392.907.0001-10**. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 001|2020. Fica prorrogada a vigência do Contrato até 29 De setembro de 2025.

Belém/AL, 25 de setembro de 2024.

ANA PAULA ANTERO SANTA ROSA.

Prefeita

Publicado por:

Marcelo Henrique da Silva
Código Identificador:C62D53EE

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 108/2024

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 46/2024;
Fundamento Legal: art. 74, inciso V, § 5º, inciso II, da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

Contratante: **MUNICÍPIO DE CANAPI**

Contratado: **Dyogenes Soares de Macedo Brandão**

Objeto: Locação do imóvel situado na Avenida Joaquim Tetê, 809, Térreo, Centro - Canapi/AL, tendo como finalidade precípua o funcionamento do Almoxarifado Central, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal Administração

Valor Mensal: **R\$ 1.412,00 (hum mil, quatrocentos e doze reais)**

Vigência: 31 de dezembro de 2024

Celebração: 02/09/2024

Signatários: Vinicius José Mariano de Lima e Dyogenes Soares de Macedo Brandão

Publicado por:

Gilmo Malta de Menezes
Código Identificador:94909609

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE REALINHAMENTO AO CONTRATO Nº 67/2024

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE REALINHAMENTO AO CONTRATO Nº 67/2024

Fundamento Legal: inciso II, do Art. 65 § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Contratante: **MUNICÍPIO DE CANAPI/AL;**

Contratada: J A NOBRE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 43.466.946/0001-50;

OBJETO: Contratação de empresa para **kits de gêneros alimentícios** para atender as necessidades da Secretaria Municipal Assistência Social do município de Canapi.